



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**PAULA RODRIGUES**

**ESPAÇO DO EMPREENDEDOR EM ALEGRETE: O EMPREENDEDORISMO  
APLICADO A GESTÃO PÚBLICA**

**Alegrete  
2016**

**PAULA RODRIGUES**

**ESPAÇO DO EMPREENDEDOR EM ALEGRETE: O EMPREENDEDORISMO  
APLICADO A GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Engenharia  
Econômica da Universidade Federal do  
Pampa.

Orientador: Prof. Emerson Oliveira Rizzatti

**Alegrete**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo (a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

R696e Rodrigues, Paula

ESPAÇO DO EMPREENDEDOR EM ALEGRETE: O EMPREENDEDORISMO  
APLICADO A GESTÃO PÚBLICA / Paula Rodrigues.

63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) --  
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA  
ECONÔMICA, 2016.

"Orientação: Émerson Oliveira Rizzati".

1. Empreendedorismo. 2. Gestão Pública Empreendedora. I.  
Título.

**PAULA RODRIGUES**

**ESPAÇO DO EMPREENDEDOR EM ALEGRETE: O EMPREENDEDORISMO  
APLICADO A GESTÃO PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia Econômica da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Engenharia Econômica.  
Orientador: Prof. Émerson Oliveira Rizzatti

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Esp. Emerson Oliveira Rizzatti  
Orientador  
Unipampa

---

Dr. Alexandre da Silva Oliveira  
Unipampa

---

Dr. João Plínio Juchem Neto  
Unipampa

## RESUMO

O presente estudo tem o intuito de demonstrar a importância do empreendedorismo no desenvolvimento de instituições públicas e da sociedade em geral e seu impacto no desenvolvimento econômico e social com a geração de emprego e renda que a abertura de novas empresas podem gerar se tiveram o suporte adequado.

A implantação do Espaço do Empreendedor em Alegrete ilustra esta concepção e seus resultados confirmam que iniciativas como esta contribuem para promover o desenvolvimento econômico e social. É uma ação que demanda melhoria contínua e, que vem inspirando os novos empreendedores de Alegrete, pois com os serviços prestados eles estão completamente assessorados em relação ao seu negócio e não encontram entraves burocráticos para executar seus projetos.

Palavras-Chave: Administração Pública, Empreendedorismo na Gestão Pública, Processos empreendedores.

## **ABSTRACT**

This study aims to demonstrate the importance of entrepreneurship in the development of public institutions and society in general and its impact on economic and social development with the generation of employment and income that the opening of new businesses can generate if they had adequate support .

The implementation of the Entrepreneur Space in Alegrete illustrates this concept and the results confirm that such initiatives contribute to promoting economic and social development. It is an action that requires continuous improvement, and that is inspiring new entrepreneurs Alegrete, as with the services they are fully advised in relation to your business and find no bureaucratic obstacles to execute their projects.

Keywords: Public Administration, Entrepreneurship in Public Management, Process entrepreneurs.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2.1</b>	<b>Administração Pública</b>	<b>14</b>
<b>3.</b>	<b>EMPREENDEDORISMO</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA EM ALEGRETE</b>	<b>25</b>
<b>4.</b>	<b>ESPAÇO DO EMPREENDEDOR</b>	<b>31</b>
<b>5.</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>36</b>
<b>6.</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS</b>	<b>38</b>
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>45</b>
<b>8.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>
<b>9.</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento da administração como ciência permitiu explorar muitas ações que se tornaram derivadas do processo gerencial, conforme a expansão avançava determinadas atitudes eram catalogadas e estudadas.

Ainda que existissem naturalmente na sociedade, essa seleção permite desenvolver não somente a administração como técnica, mas também a identificar comportamentos e ações e assim aperfeiçoá-las. O empreendedorismo é um exemplo disso, sempre esteve presente nas ações do homem, contudo, foram os estudos sobre sua estrutura e seus elementos que permitiram que hoje esta seja uma das áreas mais trabalhadas em prol do desenvolvimento econômico, social e cultural de qualquer comunidade.

A administração nas palavras de Chiavenato (2010),

“... cresceu e tornou-se uma ciência, uma técnica e uma arte: ela é uma ciência com princípios bem definidos e um corpo de conhecimentos científicos e devidamente codificados, uma tecnologia que produz ferramentas de utilização para obter resultados e uma arte de lidar com situações concretas e abstratas.” (CHIAVENATO, 2010: Pag.4)

A palavra empreendedorismo é muito comum no cotidiano do brasileiro, mas segundo Dornelas 2001, é um termo que só começou a ser utilizado na prática no Brasil a partir de 1990, em um processo que iniciou com a privatização de algumas empresas estatais. Chiavenato 2010, alerta que apesar de parecer tão simples identificar um empreendedor, e, de ser entendido, o conceito de empreender é complexo e depende de vários fatores dentre os quais podemos destacar: o ambiente para empreender, o perfil do empreendedor e também quais qualidades que cada perfil precisa desenvolver para empreender com plenitude em sua área de atuação.

Neste conceito, o empreendedorismo fica intrínseco, pois sua abrangência privilegia exatamente a possibilidade de desenvolver as capacidades adquiridas pela administração para atingir os objetivos das organizações e entidades. A administração é, e sempre será, uma parceira natural da humanidade e uma necessidade constante do indivíduo e da sociedade.



Dornelas (2001), considera que relacionar a necessidade de empreender com a capacidade de administrar é o caminho para criar empresas e empresários fortes, capazes de superar as dificuldades e construir um cenário de desenvolvimento econômico e social.

Empreender é uma necessidade cada vez mais básica no exercício da administração, uma característica nata daqueles que conseguem visualizar seu contexto e traçar alternativas para solucionar seus problemas e, conseqüentemente superar os desafios.

Joseph Schumpeter (1945), em sua teoria da destruição criativa, atribuía características de empreendedor àquele, cuja capacidade incluía a versatilidade, a habilidade de gerenciar recursos e pessoas baseado em sua capacidade técnica. Embora reconhecendo a importância deste conceito e do que representou esta definição para a administração, temos de perceber que este termo teve sua abrangência amplificada tanto na bibliografia como também na prática, acompanhando o desenvolvimento das pessoas.

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar que empreender é uma necessidade, e que, pode e deve, ser praticado por todas as organizações e entidades de direito público ou privado. O empreendedorismo precisa ser apoiado e encorajado, através de ações empreendedoras será possível criar alternativas e modernizar processos.

De acordo com Drucker (1975) empreendedorismo é: prática; visão de mercado; evolução, e afirmava também:

“... o trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente” [...] Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática. (DRUKER, 1975: pag.25)

A administração empreendedora é uma realidade, e tem força em todo o mundo, o Brasil, é um dos que mais se destaca pois a criatividade é uma das características naturais dos brasileiros, ela permite que se possa empreendedor e crescer. E, com o apoio de órgãos e entidades especializadas é possível sim manter e multiplicar as ações empreendedoras conforme o relatório do Global Entrepreneurship Monitor Brasil 2015.

Para ilustrar, os conceitos que aqui estão apresentados, foram trazidos alguns dados de um projeto desenvolvido na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, pela administração pública. O trabalho realizado busca estimular o empreendedor, orientar seu trabalho e tem como diretriz direcionar as pessoas para que possam desenvolver-se de acordo com suas competências e transmitir sua experiência e seu método aos empreendedores.

Este projeto demonstra que a profissionalização do serviço público gera resultados e agrega qualidade direta aos cidadãos, e conseqüentemente para toda a comunidade. Também visa demonstrar que a prática da administração profissional nos órgãos públicos é possível e fundamental na busca por resultados, e, neste caso, é capaz de gerar desenvolvimento econômico e social para os empreendedores do município e para os empreendedores que atuam na assistência à estes cidadãos.

Este ciclo pode servir de inspiração para que mais ações sejam direcionadas de maneira eficiente, baseado em conceitos da administração empreendedora que valorizam a gestão pública e também o seu cliente direto: o contribuinte.

Políticas públicas para estimular o empreendedorismo são essenciais, este é o papel do estado, mas este tipo de projeto requer dedicação continuidade e controle, a iniciativa adotada em Alegrete é válida e importante, mas precisa evoluir e ser disseminada.

## **1.2 Tema**

O empreendedorismo fomentado na administração pública como ferramenta de desenvolvimento social e econômico com reflexos diretos sobre a população: implantação do espaço do empreendedor em Alegrete.

## **1.3 Delimitação do Tema**

Como a ação empreendedora da administração municipal contribui para estimular os empreendedores de Alegrete, através do trabalho de desburocratização dos processos.

## **1.4 Problema de Pesquisa**

Quais os resultados para a comunidade da implantação do espaço do empreendedor em Alegrete?

## **1.5 Objetivos**

### **1.5.1 Objetivo Geral**

Demonstrar que o empreendedorismo aplicado a gestão pública, pode trazer resultados para a administração e para a comunidade.

### **1.5.2 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Apresentar a importância do empreendedorismo nas entidades públicas;
- b) Reforçar que os resultados da gestão pública podem ser potencializados com a profissionalização do serviço público.
- c) Verificar se, ações como a implantação do Espaço do Empreendedor, promovem desenvolvimento econômico.

## 1.6 Justificativa

O presente estudo pretende demonstrar quanto é importante que as entidades públicas invistam em inovação dos processos e serviços para prestar ao seu cliente, ou seja, os cidadãos, mais especificamente os munícipes de Alegrete, o melhor trabalho possível em relação ao suporte que a administração pública tem o dever e o compromisso de garantir.

Também tem a intenção de mostrar como se desenvolveu o processo empreendedor dentro da própria administração, e como se reverteu em resultados para o município. O que mudou em relação aos processos e quais as ações que agregaram valor à iniciativa de inovação.

Com este estudo, busca-se incentivar que haja a modernização e a adaptação dos modelos pré existentes, tanto da administração pública quanto dos próprios empreendedores que gozam dos benefícios, como é o caso do trabalho desenvolvido pela prefeitura de Alegrete, pois o empreendedorismo é uma ação que transforma pessoas, produtos e serviços e gera atributos que enriquecem a gestão de qualquer organização ou ente.

## 2. METODOLOGIA

Para Prodanov e Freitas (2013) a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

### 7.1 Caracterização da pesquisa:

Inicialmente foi realizado revisões da literatura sobre empreendedorismo, legislação e bibliografias que destacassem e definissem o empreendedor seu perfil, suas características, as ações empreendedoras na gestão pública, o histórico do empreendedorismo, quais eram os reflexos que o incentivo desta pratica eram possíveis e relatórios especializados para entender como está ocorrendo a evolução deste universo.

A pesquisa se desenvolveu através de alguns métodos científicos com o intuito de captar melhor percepção do tema, sempre nos limites dos objetivos propostos, sendo desenvolvida da seguinte forma: realização de pesquisa bibliográfica a fim de propiciar abordagem de inovação na gestão pública, bem como sobre empreendedorismo e quebra de paradigmas. Também com a expectativa de estabelecer o embasamento legal para tais atos foi elaborada pesquisa documental, consulta a artigos, sites e revistas especializadas.

Lakatos e Marconi (2007) afirmam que:

“A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. (Lakatos e Marconi, 2007)

A partir daí, sempre que foi necessário foram acrescentados tópicos dentro da revisão de literatura a fim de dar subsídios à construção do modelo e análise dos resultados.

## **7.2 Questionamento da pesquisa**

Esta pesquisa tem o intuito de questionar se houve mudança e resultados, após o processo de desburocratização que foi implantado em Alegrete, e se o projeto do Espaço do Empreendedor contribuiu com o desenvolvimento econômico e social da cidade.

## **7.3 Delineamento da pesquisa**

Os métodos adotados foram a investigação explicativa que, nas palavras de Moresi (2003), tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar e os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.

Trata-se de um trabalho de natureza quantitativa descritiva, cujo objetivo era descrever o trabalho desenvolvido para verificar seus efeitos, este tipo de metodologia é descrito por Lakatos e Marconi (2007) da seguinte maneira:

“Quantitativo descritivo estudos de avaliação de programa - consistem nos estudos quantitativo- descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, relativos à educação, saúde e outros. As hipóteses podem ou não estar explicitamente declaradas e com frequência derivam dos objetivos do programa ou método que está sendo avaliado e não da teoria. Empregam larga gama de procedimentos que podem aproximar-se do projeto experimental;” (Lakatos e Marconi, 2007)

## **7.4 Coleta dos dados**

Neste trabalho foi realizada uma coleta de dados, que teve como fonte de análise a criação e a implantação do Espaço do Empreendedor, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia, do Município de Alegrete (RS), e conversa com os servidores envolvidos no processo, tendo como objetivo identificar os desafios da execução deste projeto, bem como os resultados advindos da concretização do mesmo, procurando também conhecer as mudanças aplicadas no processo em sua totalidade.

Outro critério utilizado foi a observação assistemática:

“A técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados.” (Lakatos e Marconi 2007)

O objetivo foi caracterizar as consequências das alterações advindas da remodelagem dos processos inerentes à legalização das empresas, alterações estas que almejam o fomento ao empreendedorismo e a agilidade dos procedimentos burocráticos e, dentro das limitações, criou-se uma noção do seu impacto social e econômico.

### **7.5 Validação dos dados**

Para validar os dados, foram realizadas diversas visitas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia para tentar entender o processo e verificar as ferramentas de controle utilizadas para mensurar economicamente os resultados apresentados.

Também houve buscas em órgãos especializados para realizar o enfrentamento das informações, a através destes dados foram utilizadas algumas representações gráficas, para quantificar a evolução dos resultados obtidos pelos gestores e contextualizá-los.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEGISLAÇÃO**

A revisão bibliográfica e a legislação tratam dos conceitos que envolvem e relacionam a administração, o empreendedorismo e como estes conceitos orientaram a ação da gestão pública para desenvolver o trabalho aqui descrito e a legislação contribuiu dando legalidade ao processo e atendendo às necessidades do projeto adotado.

Através da análise do cenário geral para a realidade local, também foi possível utilizar de ferramentas gráficas para ampliar a compreensão do tema em dimensões diferentes que podem confirmar ou contestar a eficácia do projeto realizado e descrito neste trabalho.

#### **2.1 ADMINISTRAÇÃO**

A administração é uma técnica desenvolvida pelo homem para garantir o gerenciamento de suas necessidades de acordo. Mesmo de forma rudimentar ela sempre esteve presente na vida do ser humano. Para Chiavenato (2010), conforme o ser humano evoluía, também aumentavam suas necessidades e seus desejos precisavam ser satisfeitos, para tal, ele precisou desenvolver habilidades que garantiriam seus objetivos, suas estratégias de caça, armazenamento de alimento e locais seguros foram suas primeiras conquistas garantidas pela sua capacidade de gerenciar e planejar.

Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, a humanidade conseguiu evoluir em vários aspectos, como por exemplo o melhoramento de suas técnicas e meios de produção. Assim, a administração tornou-se uma ciência, pois seu empirismo não atendia mais as voláteis necessidades humanas. De acordo com Dornelas (2008) foi a administração que permitiu o aumento da qualidade de vida das pessoas, transformando processos em produtos e serviços que foram agregados, aperfeiçoados e transformados, ainda que não compreendida como tal.

Como ciência, a administração tornou-se mais abrangente, e sua importância foi cada vez mais reconhecida, e a partir desse reconhecimento foram



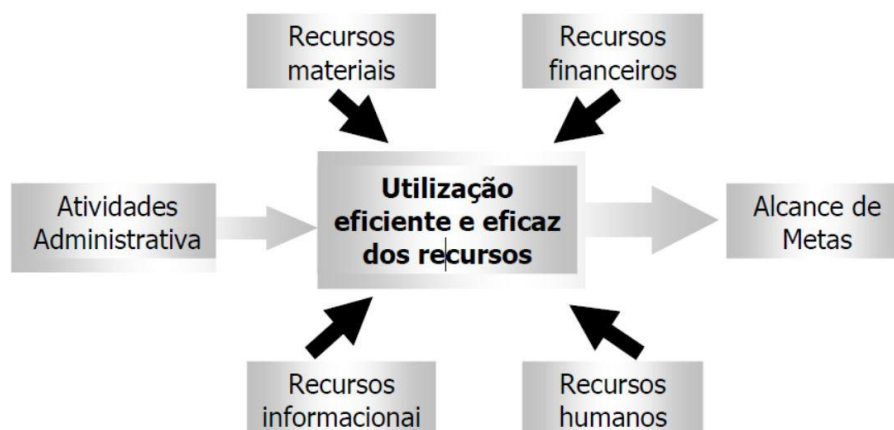
possíveis o desenvolvimento de técnicas que tentam aprimorá-la e torná-la, sempre, cada vez mais eficiente e eficaz.

Richardt L. Daft (1993 apud Chiavenato, 2010) define que a administração é o alcance de objetivos organizacionais de maneira eficaz e eficiente graças ao planejamento, à organização, à liderança e ao controle dos recursos organizacionais. Dentro desta concepção há espaço para uma série de infinitas metodologias e definições de subgrupos que estas ações demandam, o ciclo que contempla o planejamento, a organização a direção e o controle de qualquer entidade permite que cada elemento tenha uma dedicação única e seus desdobramentos são inúmeros.

Para Júnior, a administração é, antes de tudo, o gerenciamento de recursos limitados para atingir determinado resultado. Ela é composta de muitos elemento que são interdependentes, todos tem suas funções primárias, mas é a combinação destas variáveis que irá trazer êxito para o projeto pretendido.

O quadro abaixo ilustra exatamente essa relação de harmonia;

Figura 1 - Desafios da administração.



Fonte: Júnior (2009, Pag. 4)

A figura 1, representa o desafio de qualquer organização, nos tempos mais diversos, as teorias da administração desenvolveram-se com foco em cada uma das áreas citadas e deixa claro que cada entidade vai encontrar seu próprio desafio na busca para alcançar os objetivos por ela almejados.

Não existe um modelo específico que possa ser seguido, mesmo tratando-se de empresas do mesmo ramo, cada uma desenvolve seus próprios processos e trabalha para aperfeiçoar seus métodos dentro dos valores e diretrizes anteriormente estabelecidos. O consenso, entretanto, existe em relação a um ponto: sem planejamento não há como atingir um resultado plenamente satisfatório de acordo com Albuquerque (2006):

A classificação geral das organizações é dividida basicamente em três setores a saber:

- a) Primeiro Setor, composto pelas organizações públicas ou governamentais, das quais fazem parte a administração direta, autarquias, fundações, reguladas pelo Direito Administrativo;
- b) Segundo Setor, cuja estrutura é composta por organizações empresariais que tem como objetivo a produção e o lucro, organizada sob diversas formas, destaque para sociedades anônimas e sociedades limitadas, e regidas principalmente pelo Direito Empresarial;
- c) Terceiro Setor, composto pelas organizações sem fins lucrativos, que tem por objetivo o desenvolvimento de ações filantrópicas ou ações para grupos específicos que em geral são membros da própria entidade. Sua organização se dá sob a forma de sociedades civis abrangida pelo Direito Civil.

Neste estudo daremos destaque ao primeiro setor, para demonstrar como sua influência na flexibilização dos processos pode resultar em desenvolvimento para os empreendedores, neste caso, os empreendedores de Alegrete.

## **2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A administração pública tem as mesmas acepções que compõe a teoria geral da administração, contudo ele possui peculiaridades que tornam seus processos e procedimentos direcionados a linha de Weber, ou seja ela é organizada com ênfase na burocratização dos processos.

É limitada pela ação de legalidade, a lei determina os limites da ação da entidade pública, e só pode atuar nos limites da mesma. Das suas muitas definições cabe apresentar a de Moraes (2010):

“A administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”. (MORAES, 2010, p. 310).

No que diz respeito à burocratização dos processos, percebe-se que a algum tempo este conceito já está distorcido na prática pois esta medida tinha objetivo de trazer mais segurança e transparência, por tratar-se do interesse coletivo, mas infelizmente, às vezes, acaba por engessar o andamento de ações que necessitam de celeridade. Destaca-se que não é uma falha do sistema como foi pensado, mas sim da maneira que o referido é organizado.

A administração pública tem como objetivo principal prestar à sociedade, sem interrupções, todos os serviços estabelecidos na Carta Magna do Brasil, ou seja, sua constituição, e aplicar em seus atos e fatos os princípios explícitos da referida a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Outra característica que distingue uma organização privada da pública é sua organização, para Di Pietro (2003), enquanto as empresas em geral tem sua estrutura organizacional devidamente estruturada em um fluxograma de hierarquia, a administração pública se divide em três polos de igual poder com independentes e harmônicos entre si. Estes órgão são: o executivo, responsável por gerenciar a chamada máquina pública suas despesas, receitas, tributos e tudo mais que lhe compete; o legislativo responsável pela edição de leis e fiscalização das ações do executivo; e o judiciário que julga as ações e media os conflito entre as partes, não somente em relação a administração pública mas de toda a sociedade.

Muitos autores preferem subdividir a administração pública em subgrupos, como é o caso do professor Hely Lopes Meirelles. Para Meirelles (2006)

a Administração Pública em seu “sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo”, no “sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral” e em sua “acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade”.

Seccionar a administração pública é a forma que muitos autores encontraram para tentar descrever e estudar cada engrenagem que compõe este mecanismo, como Matias Pereira (2009) e José Afonso Silva (2007), buscando determinar as possíveis falhas que pode ter, já que é muito singular sua estrutura e ainda não se conseguiu definir qual é a forma de funcionamento que melhor utiliza seus recursos e ferramentas. O consenso é que atualmente a máquina pública está longe do ideal e todos os seus elementos precisam ser estudados e diagnosticados para que tenham o melhor rendimento possível.

Em 2009, Matias Pereira conceituou a administração pública da seguinte maneira:

“A Administração Pública, num sentido amplo, é um sistema complexo, composto de instituições e órgãos do Estado, normas recursos humanos, infraestrutura, tecnologia, cultura, entre outras encarregado de exercer de forma adequada a autoridade política e as suas demais funções constitucionais, visando o bem comum.” (MATIAS PEREIRA, 2009. p.08)

Esta descrição ilustra o que foi afirmado anteriormente, são muitos elementos a serem considerados, gerenciados e com um planejamento limitado em prol de um resultado que atinja de fato as necessidades da sociedade.

A afirmação de José Afonso da Silva (2000, p. 639), que administração pública é “o conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos preordenados à execução das decisões políticas”, retoma a figura 1, deste trabalho, estando, portanto, explícito a limitação de recursos e as múltiplas variáveis que são determinantes na execução do projeto, em seu gerenciamento e controle.

Naturalmente a gestão pública fica um pouco limitada pois suas restrições são pré determinadas por lei, e cada processo precisa ser analisado minuciosamente e passar pela aprovação do ente federativo a qual pertença, enquanto no sistema civil, uma ideia que traga inovação pode ser aplicada com maior celeridade.

## 2.3 EMPREENDEDORISMO

O sentido do empreendedorismo antecede até mesmo a própria palavra, pois expressa a necessidade de comprometimento de assumir uma postura engajada que possa transformar as situações em oportunidades e assim aliado ao trabalho e dedicação garantir os melhores resultados.

Existem muitas características que compõem o perfil de um empreendedor, entre eles a capacidade de assumir riscos, o envolvimento total com seu projeto e sobretudo tem como sua principal estratégia a inovação.

“As vantagens associadas ao empreendedorismo são claras: a criação de novas empresas (que implica um investimento na economia local), a criação de novos empregos, a promoção da competitividade e o desenvolvimento de ferramentas de negócio inovadores. Deste modo, o empreendedorismo é um forte impulsionador do emprego e do crescimento económico e uma componente chave numa economia de mercado cada vez mais globalizada e competitiva”. (Duarte e Esperança, 2014, pag.29)

Empreender é um processo natural e necessário para desenvolver não só o empreendedor mas também toda sua realidade, pois não é possível mensurar com precisão os impactos que ações empreendedoras podem causar, desde que sejam originadas de planejamento e do correto direcionamento de potencial apresentado.

Há diversos perfis empreendedores, elaborados por diferentes autores. Todos consideram muito importante realizar a classificação e a identificação de cada tipo de empreendedor.

Para Fillion (2000), empreendedor é aquele que empenha sua energia na inovação e no crescimento, criando uma nova empresa ou desenvolvendo algo completamente novo em uma empresa já existente. São indivíduos que trabalham individualmente e coletivamente, que inovam, identificam e criam oportunidades, coordenam novas combinações de recursos para obter melhores benefícios de suas inovações. Já Chiavenato (2008), identifica três características básicas que identificam o espírito empreendedor:

- Elevada necessidade de realização (perfil psicológico relacionado à atividade empreendedora);

- Competir com certo padrão de excelência;
- Responsabilidade por tarefas e objetivos próprios.

Além disso Chiavenato(2010), entende que os principais elementos que influenciam na definição do empreendedor são:

- Disposição para assumir riscos;
- Assume variados riscos;
- Financeiro (recursos próprios, abandono de emprego seguro ou carreira);
- Familiares (envolvimento da família no negócio);
- Psicológicos (possibilidade de fracasso em negócios de risco);

O doutor em economia Kirzner (1973 apud Aidar 2007) tem uma abordagem diferente. Para esse autor, o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente. Ambos, porém, são enfáticos em afirmar que o empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento às informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta.

O estudo do empreendedorismo busca novas formas de pensar e agir sobre as forças impostas pelo mercado. Também é uma alternativa importante para geração de trabalho e renda e contribui para o desenvolvimento econômico e social. Embora o empreendedorismo esteja normalmente associado à abertura de novos negócios, seus conceitos podem ser aproveitados por qualquer profissional interessado em desenvolver melhor seu poder de iniciativa e capacidade de inovar.

O movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de *Software*) foram criadas.

Em nosso país, o tema tem sido muito difundido, principalmente no final da década de 90. Entre os fatores estão (DORNELAS, 2008):

- Preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras;
- Necessidade de diminuição de altas taxas de mortalidades;
- Estabilização da economia e globalização;

- Empresas brasileiras procuram aumentar a competitividade e reduzir custos para se manter no mercado.
- Consequente aumento do índice de desemprego;

Evidentemente empreendedorismo nem sempre é somente uma alternativa, em algumas situações é a única opção, e neste caso pode ser desastroso ou levar a resultados incríveis. Consiste basicamente, na conversão de ideias em oportunidades por meio de um processo de desenvolvimento e implementação, juntado isso, ao fato do povo brasileiro ser extremamente criativo e determinado a transformar sua realidade, torna o Brasil um celeiro de ideias e projetos inovadores, que só comprovam a capacidade e o talento nato de uma nação que é gigante também em possibilidades.

Dornelas (2008) considera que:

“[...] o atual momento pode ser chamado de a era do empreendedorismo, pois os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riquezas para a sociedade”.  
(DORNELAS 2008)

De fato, empreender é um grande desafio e requer grandes esforços para concretizar e desenvolver um projeto ou inovar um processo, a principal delas é a resistência a mudança.

É natural que as pessoas se acomodem e prefiram permanecer em suas zonas de conforto, o empreendedor contudo, não consegue manter-se neste ambiente, ele tem necessidade pois desenvolveu a capacidade de se antecipar aos fatos.

Já Marini (2004), destaca que:

“O empreendedorismo não é um dom divino para gênios, mas algo ao alcance de gente comum – algo que pode ser aprendido e organizado sistematicamente por qualquer um não-iluminado. O que todos os empreendedores de sucesso revelam não é uma personalidade especial, mas um empenho pessoal numa prática sistemática de inovação. A inovação é a função específica do empreendedorismo, surja em um negócio clássico, em uma instituição pública ou em uma nova empresa criada numa garagem ou num quarto, ou na cozinha”. MARINI (2004, pag.3)

Mesmo sabendo que na prática, o empreendedorismo de forma empírica esteja presente na vida do brasileiro desde sempre, temos nos últimos

anos uma multiplicação muito positiva de ações incentivadoras deste tema, se o SEBRAE, anteriormente trabalhava como uma instituição fomentadora do empreendedorismo, hoje está ainda mais fortalecido e vem juntando sua experiência com professores, universidades e prefeituras, com o intuito de desenvolver o empreendedor e lhe dar todo suporte para desenvolver da melhor forma possível e com todas as ferramentas que foram necessárias.

De acordo com o relatório de pesquisa divulgado pelo do GEM (Global Entrepreneurship Monitor) que no Brasil, foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2015 e entrevistou duas mil pessoas entre 18 e 64 anos de todas as regiões do país, e 74 especialistas em empreendedorismo:

“As recomendações para educação e capacitação propõem que o empreendedorismo seja disciplina transversal e esteja presente em todos os níveis educacionais, do básico ao superior, fazendo uso das tecnologias da informação. [...]Para a melhoria das condições relacionadas a políticas governamentais, os especialistas listam iniciativas como a simplificação da legislação trabalhista e tributária, desburocratização de procedimentos administrativos e desenvolvimento de iniciativas (programas) de estímulo ao empreendedor nos primeiros anos de vida; [...]No que se refere ao apoio financeiro, as propostas focaram a necessidade de adequação das linhas de crédito à realidade dos empreendedores, principalmente pela flexibilização da exigência de garantias reais, concessão de crédito pela análise do perfil do empreendedor e potencial do negócio e desburocratização.” (Relatório GEM 2015).

**Tabela 1 - Recomendações dos especialistas<sup>1</sup>: áreas de intervenção para melhoria das condições para empreender no país - Brasil - 2015**

Recomendações	Brasil 2015
Educação e Capacitação	48,6
Políticas Governamentais	40,5
Apoio Financeiro	24,3
Pesquisa e Desenvolvimento	23,0
Custos do Trabalho, Acesso e Regulamentação	20,3
Programas Governamentais	16,2

Fonte: GEM Brasil 2015

<sup>1</sup> Percentual de especialistas que citaram a recomendação.



A tabela 1, ilustra a conclusão do relatório GEM Brasil, ao descrever as áreas que merecem uma atenção especial do poder público.

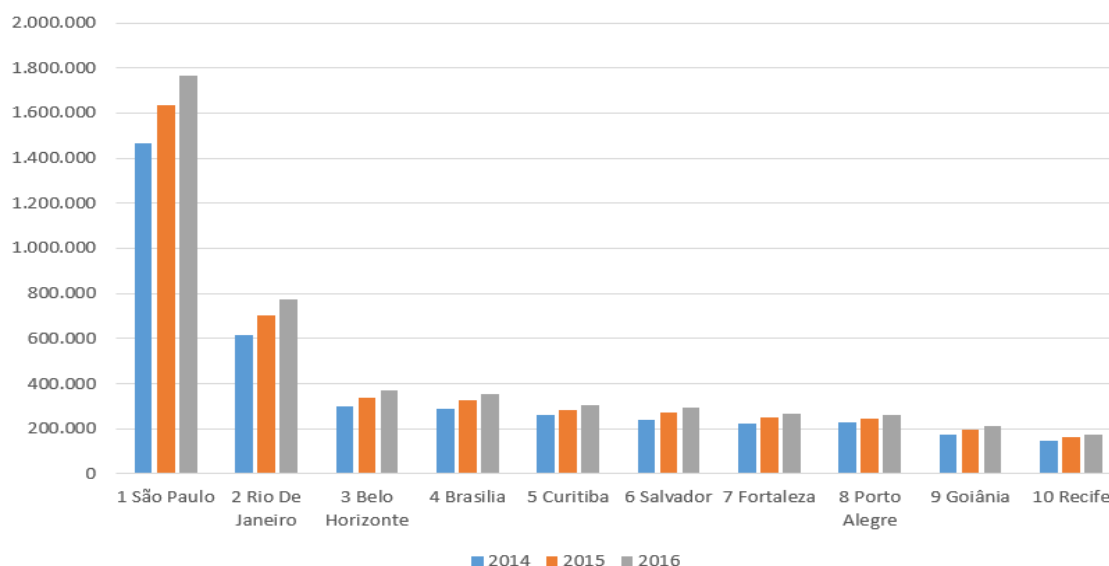
O próprio relatório reforça que, o Brasil se destaca em números no que diz respeito ao empreendedorismo muitas entidades têm se esforçado para desmitificar o máximo este tema e apesar das dificuldades tributárias e burocráticas enfrentadas pelos empreendedores, o crescimento da economia brasileira gera grande expectativa e parece trilhar um caminho de sucesso para muitas novas empresas.

De acordo com o site Empresômetro do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), no Brasil tem atualmente 19.408.558 empresas ativas até setembro de 2016, o número total do ano de 2015 foi de 17.968.032 e em 2014 estavam ativas cerca de 16.105.794.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário é um instituto de pesquisa e consultoria mantido por empresas privadas que defendem a diminuição da carga tributária no Brasil. Seus produtos e serviços tem muita credibilidade junto ao mercado e sua ferramenta mais conhecida é o Impostômetro do Brasil, o medidor que fica em frente à Associação Comercial de São Paulo, na cidade de mesmo nome.

As pesquisas do IBPT são direcionadas principalmente a identificar a carga tributária dos diversos setores da economia brasileira ou de uma empresa, especificamente. Eles fornecem um diagnóstico da tributação que incide sobre determinadas atividades.

Gráfico 1 AS 10 melhores cidades em número de empresas ativas no Brasil



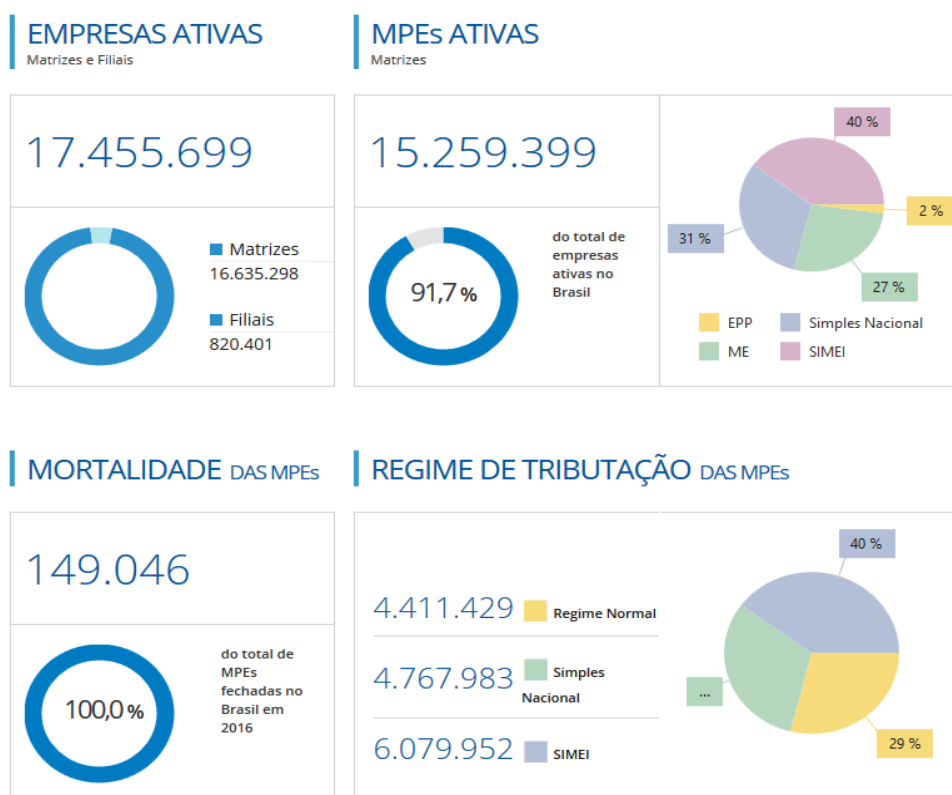
Também é possível conseguir na página informações como as usadas no gráfico 1, onde é possível verificar a evolução dos últimos três anos de empresas ativas nas dez cidades que mais têm registros ativos do país. Ainda de acordo com a entidade no Brasil o empresário precisa adaptar-se a cerca de 300 mil normas e 11 milhões de combinações tributárias, este é um dos maiores desafios para aqueles que buscam empreender, independentemente do tamanho de seu estabelecimento.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) solicitou ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) que desenvolvesse um portal de internet com informações sobre o universo das micro e pequenas empresas brasileiras e assim nasceu o Empresômetro – MPE, uma Elaborado pelo autor. Fonte Empresômetro fe... real que monitora a abertura e o fechamento destas empresas, e que contém estatísticas das micro e pequenas empresas - MPE e do Simples Nacional.

A CNC é uma associação sindical brasileira de grau superior que reúne 34 federações sendo 27 estaduais e sete nacionais que agrupam 998 sindicatos filiados em todo o território brasileiro e que representa os direitos dos empreendedores do comércio nacional de bens, serviços e turismo e os interesses deles. É responsável pelo SESC e pelo SENAC, e de acordo com a entidade gera um benefício para mais de 20 milhões de brasileiros por ano, com incentivos em educação, alimentação, saúde, cultura, esporte e lazer.

O gráfico 2, retirado deste portal que informa a existência de 17.455.699 empresas no Brasil em 2016, sendo que 15.259.399, são micro e pequenas empresas.

Gráfico 2. Estatísticas das empresas brasileiras ativas.



Fonte: Empresômetro – MPE. Setembro de 2016.

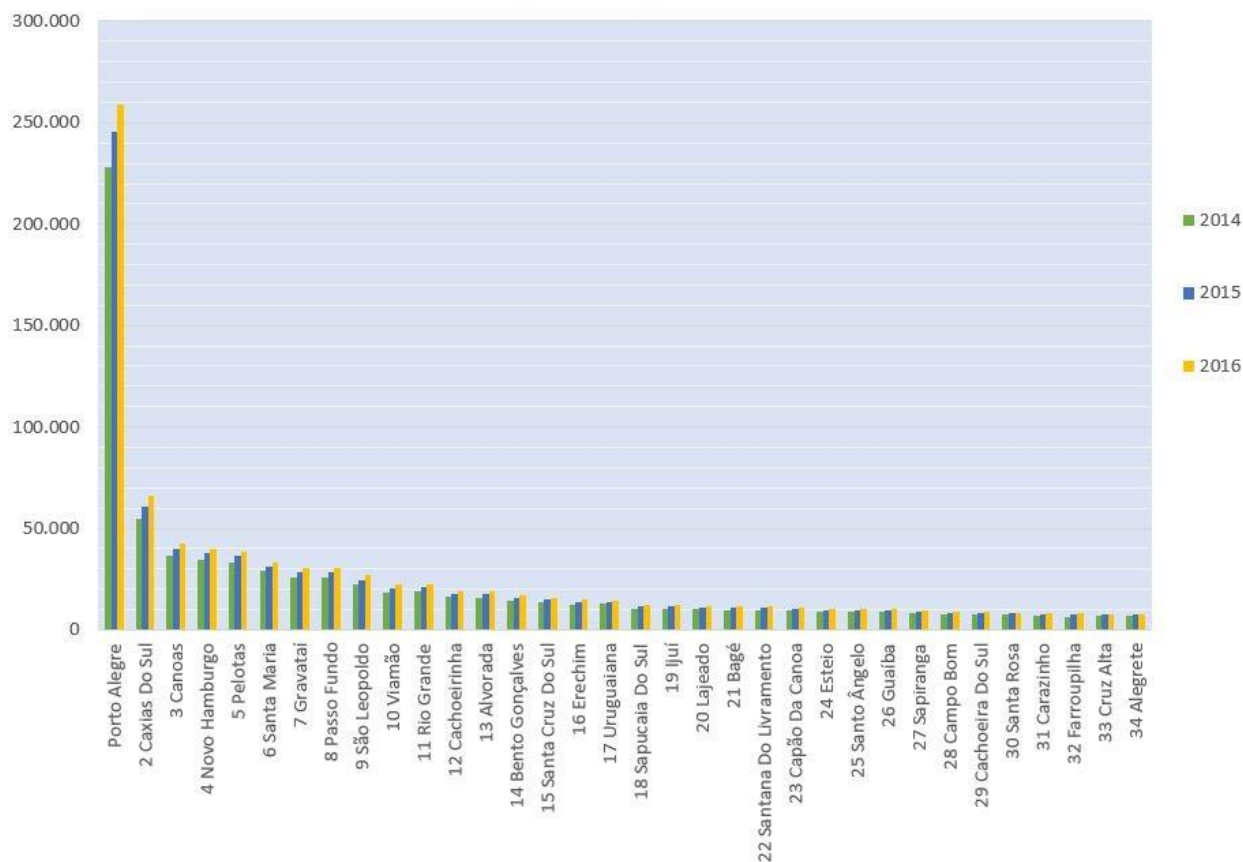
O estado do Rio Grande do Sul tem sua capital como representante nesta lista das 10 primeiras do Brasil.

Mesmo que às informações não digam respeito ao universo exclusivo de empresas empreendedoras, vale destacar que tradicionalmente o empreendedorismo no estado do RS, tem bons resultados. É, inclusive, um dos que tem alguns dos grandes cases de empreendedorismo de sucesso do país, pois mesmo antes do empreendedorismo estar difundido por aqui, casos como do Grupo Randon, Gerdau e Tramontina, já inspiravam os empresários gaúchos.

Em relação às estatísticas o RS teve de acordo como o site Empresômetro do IBPT em 2014, cerca de 1.186.255 registros de empresas ativas, em 2015 o número subiu para 1.296.662 e até setembro de 2016 está alcançando um total de 1.384.331.

No gráfico abaixo estão as 34 cidades com mais empresas ativas no estado do Rio Grande do Sul e a variação destes números nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 3 - Evolução de empresas ativas no RS



Fonte: Empresômetro, setembro 2016.

Todas estas ferramentas nos permitem analisar as informações e buscar contextualizá-las. O empreendedorismo pode ser fomentado, mas nem sempre pode ser mensurado em relação a empresas ativas, algumas ações são intraprenehedoras e não geram um novo negócio, mas um novo processo, por exemplo, a inovação, contudo, pode ser determinante para a continuidade do empreendimento.

Sendo assim, como as entidades públicas estão trabalhando para desenvolver e fomentar o empreendedorismo e conseqüentemente aquecer a economia com os resultados que o empresário tem potencial de alcançar?

## 2.4 EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA

A administração pública sempre foi muito ligada a métodos e estratégias pré-determinadas para garantir a execução de seus objetivos e, portanto, ficou muito dependente do modelo burocrático do qual apenas adaptou-se em

situações que eram insustentáveis, sem ousar, não conseguia garantir a permanência de um sistema flexível ao longo do tempo.

Muitas vezes, pelo perfil do próprio gestor, algumas atitudes foram assumidas com resultados extraordinários que garantiram mais do que êxito nas funções, trouxeram credibilidade e confiança ao setor público. Um exemplo disso é a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que delimita a ação dos entes públicos em relação aos seus gastos e suas responsabilidades como gestores das contas públicas.

Está nítido para a sociedade que uma nova postura dos gestores públicos e atitudes ousadas, porque não dizer inovadoras, trouxeram alternativas que transformaram as realidades e os processos da administração pública.

Com um sistema praticamente falido e completamente ineficiente, tanto para o projeto para o qual havia sido planejado, quando para a realidade da sociedade que evoluía em todos os aspectos e via na administração pública uma máquina retrograda que não atendia aos princípios básicos a que se comprometera anteriormente.

Esta concepção também era percebida no âmbito interno, mas transformar este cenário não era uma tarefa muito fácil. A administração pública precisou adaptar-se, com uma análise de seus métodos e revisão de procedimentos que estavam ultrapassados, buscando uma nova abordagem, onde a inovação e o empreendedorismo estejam presentes no desenvolvimento de suas atividades, com a implantação de programas que visem, sempre, o atendimento eficiente e eficaz dos interesses da comunidade.

Os perfis dos empreendedores podem variar de acordo com o paradigma tecnológico podendo ser desde um empreendedor tradicional, um intra empreendedor, um empreendedor coletivo e um empreendedor social

O Brasil vem propondo exatamente uma postura empreendedora tanto para seus cidadãos quanto a própria administração pública, premiando e reconhecendo as ações empreendedoras dos estados e municípios. Ações como a premiação de Prefeito Empreendedor, prêmio do SEBRAE, ou o Prêmio ODM Brasil, criado para estimular a sociedade civil e as administrações municipais a desenvolverem ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Segundo a Lei de Incentivo à Inovação (BRASIL, 2004), Inovação é a “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”. Essa lei vem reforçar o compromisso com a inovação e promover o progresso de um país que tem um grande potencial para ser referência em empreendedorismo.

Dentro da proposta do governo de incentivar o empreendedorismo e a inovação em todo o país surge a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que como o próprio nome sugere:

“Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.” (BRASIL, 2006)

Resumidamente, os pequenos negócios são divididos da seguinte maneira:

Quadro 1. Classificação de pequenas empresas por faturamento

Microempreendedor Individual (MEI)	Faturamento anual até R\$ 60 mil;
Microempresa (ME)	Faturamento anual até R\$ 360 mil;
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões;
Pequeno Produtor Rural	Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões;

Elaborado pelo autor. Fonte: Portal do Empreendedor 2016.

Eis que surge mais uma ferramenta, visando padronizar e organizar as micro e pequenas empresas e orientar no crescimento que as mesmas podem gerar. Em 27 de novembro de 2009, a lei complementar 031, é instituída visando a garantia e uma legislação específica para a área neste município, sendo inclusive um dos pioneiros neste sentido, deixando claro o tratamento diferenciado que seria dispensado a todas as empresas que se enquadrassem no conceito de Micro e Pequenas Empresas, Micro Empreendedor Individual e Empresa de Pequeno Porte.

Empreender é uma necessidade tanto do ponto de vista do cidadão, quanto da entidade pública, vale lembrar contudo, que empreender apoio, a inovação requer tecnologia da informação, acesso a bancos virtuais de dados, bases de patentes, melhoria na capacitação da força de trabalho, estrutura organizacional e interações da empresa com universidades e setores do governo. Toda esta estrutura traz desenvolvimento e crescimento econômico, mas ela precisa ser alimentada sempre. E, o governo precisa ser antes de tudo empreendedor, inovador e capaz.

Hisrich (2009) conceituava o governo inovador:

“O governo é um conduto para a comercialização dos resultados da síntese entre necessidade social e tecnologia. Isso é frequentemente chamado de transferência de tecnologia, sendo o foco de uma quantidade significativa de trabalhos de pesquisa. Apesar deste esforço, relativamente poucas invenções resultantes da sólida pesquisa científica patrocinada pelo governo chegaram ao (foram transferidas para o) mercado comercial. A maior parte dos subprodutos dessa pesquisa científica tem pouca aplicação em necessidade comercial. Os poucos aplicáveis exigem significativa modificação para ter apelo de mercado. Embora o governo tenha os recursos financeiros para transferir com êxito a tecnologia para o mercado, faltam – lhe habilidades empresariais.” (HISRICH, 2009, p. 37)

Para reforçar a importância das ações de incentivo ao empreendedorismo, foi realizada uma consulta ao relatório do projeto GEM - Global Entrepreneurship Monitor, que tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social dos países.

Este relatório tem a participação de quase 100 países e o Brasil aderiu desde 1999, as entidades parceiras do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) que conduz a pesquisa, são o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o apoio técnico e financeiro do e desde 2011, o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas também tornou-se parceiro acadêmico do projeto.

**Tabela 2** Percentual do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio - Brasil - 2015

Órgãos de apoio	2015
Procurou algum órgão de apoio	14,1
<b>Principais órgãos de apoio procurados<sup>1</sup></b>	
SEBRAE	66,2
SENAC	13,9
SENAI	13,8
Outros <sup>2</sup>	19,3

Fonte: GEM Brasil 2015

<sup>1</sup> A soma dessas opções pode não totalizar 100% pelo fato de ocorrerem respostas múltiplas.

<sup>2</sup> Nessa classificação se enquadram: Associações comerciais, SENAR, SENAT, Sindicatos, Audicope, Banco do Nordeste, CNEI, CREDSOL, FAERJ, FIRJAN, Legião da boa vontade, Prefeituras, PRONATEC, SESI.

De acordo com o GEM (2015), no Brasil, existem três principais entidades que servem como apoio para os empreendedores, e a quantidade de pessoas que procuram estes órgãos é baixa em termos percentuais, com um total de 14%, do total de órgão de apoio encontrados na pesquisa, dentro deste percentual 66,2% procuram o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), 13,9% buscam o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), 13,8% vão até o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), e 19,% procuram outras entidades para esclarecer suas dúvidas ou regularizar sua situação.

Atento a essa concepção o governo brasileiro desenvolveu programas que incentivam a prática da gestão empreendedora, aliado as instituições financeiras e de desenvolvimento além de reconhecer e destacar as práticas bem sucedidas com ênfase em técnicas inovadoras e aos próprios gestores que adotam essa nova filosofia.

Desde o início da década de 90, várias estratégias de melhoria foram desenvolvidas e implementadas. Em 1995, o governo federal publicou Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e passou a privilegiar um novo modelo de



administração pública: a Administração Pública Gerencial. O objetivo da reforma era de abandonar o modelo burocrático e adotar técnicas de gestão empregadas no setor privado com foco no resultado, ou seja, focar as ações no cliente-cidadão.

“A Lei Geral representa o reconhecimento da importância de um segmento econômico que congrega 99,2% de todas as empresas do País, quase 60% dos empregos e 20% do Produto Interno Bruto. Isso sem falar na janela de oportunidades que se abre para a regularização dos mais de 10 milhões de empresas que vivem na informalidade.” (Cartilha Lei Geral SEBRAE, 2007).

Para Schumpeter (1949) o empreendedor é “aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”. Aqueles que trabalham individualmente e coletivamente, que inovam, identificam e criam oportunidades, coordenam novas combinações de recursos para obter melhores benefícios de suas inovações.

Atualmente na administração pública, o empreendedorismo está sendo chamado de “choque de gestão”, que significa pôr em prática ideias empreendedoras na política fiscal e social, dando agilidade na arrecadação e acabando com a burocracia institucional.

Essa nova postura da administração pública permite dirimir o paternalismo existente em nossa sociedade e baseia-se principalmente na busca pela eficiência e eficácia dos serviços públicos. Tornando o cidadão como foco do atendimento, como de fato deve ser, e não mais direcionada ao seu público interno somente, assim, os resultados obtidos pela administração são sentidos e aprovados por aqueles que são a razão da existência do estado: a comunidade.

O que a sociedade deseja é simples: governos que façam mais, melhor e custem menos ao erário público.

## **2.5 EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA NA CIDADE DE ALEGRETE - RS**

As cidades são diretamente responsáveis pelo desenvolvimento local, pois é neste âmbito onde deve ocorrer de forma incisiva a promoção do desenvolvimento do país. Neste cenário os projetos que visam promover o empreendedorismo tem sua importância multiplicada, pois os resultados tem

influência direta sobre a comunidade com papel social e econômicos, sem falar na resolução das necessidades que são satisfeitas pelos empreendimentos instalados estas ideias são defendidas por Alves e Carvalho (2009)

A peculiaridade que permite atender aos anseios da população sem ferir a cultura local e desenvolver seu próprio modo de organizar a abordagem que se dá de forma micro e permite adaptar para novas realidades Rezende, (2006).

Esta sensibilidade só é possível dentro dos limites municipais, onde é mais fácil identificar os desafios e potencialidades de cada projeto. As administrações municipais tem grande responsabilidade pois cabe a elas promover os valores da cultura empreendedora e da competitividade, bases fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

Para Rezende (2006) o exercício do empreendedorismo nos Municípios deve ser considerado um assunto fundamental, dialogando com vários campos de políticas públicas desenvolvidas nas atividades próprias das administrações locais, como é o caso, do desenvolvimento econômico, das oportunidades de trabalho, da política educacional, da cultural, da infraestrutura e da assistência social.

Neste contexto e, apoiado pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi idealizado e implantado o Espaço do Empreendedor, no Município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir da Lei Complementar nº 123/2006, coube aos Municípios iniciativas de enquadramento em suas próprias legislações acompanhando as normas estabelecidas na legislação federal. Com uma série de benefícios o empreendedorismo encontrou normas que passaram a garantir no contexto dos meios governamentais um campo favorável aos negócios e ao empreendedorismo.

Este projeto foi idealizado a partir da identificação, por parte dos agentes que trabalhavam diretamente com as questões empresariais, de dificuldades encontradas pelos cidadãos que buscavam empreender ou investir no desenvolvimento de suas empresas. Os dois elementos que mais incomodavam eram a burocracia, que engessava o processo e, a falta de informação objetiva para que todas as condições necessárias para a execução de cada projeto fosse realizada de maneira célere.

A ideia inicial foi de desenvolver um espaço que pudesse servir como um facilitador, um simplificador dos processos, e de que o espaço viesse a tornar-se um grande centro de informações, concentrando todos os processos relativos à empresas dentro da Prefeitura Municipal de Alegrete, sob a responsabilidade da Secretaria da Indústria e Comércio, hoje renomeada como Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.

De acordo com a própria secretaria, na época que antecedeu a criação do Espaço do Empreendedor os procedimentos eram realizados com o seguinte padrão: o empresário se dirigia até o protocolo central seja para abrir sua empresa ou solicitar qualquer outro serviço ou informação, o empreendedor solicitava, por exemplo: a abertura de uma empresa e depois disto o mesmo era encaminhado a cada setor onde ele precisa apresentar a documentação.

O servidor do protocolo não tinha, e não tem, a obrigação de conhecer todos os processos que ocorrem dentro do órgão público, assim o empreendedor peregrinava de setor em setor para saber do andamento do seu processo, que documentação ainda faltava ou por que seu processo estava parado em determinado setor.

Algumas ações foram tomadas para organizar o funcionamento da estrutura que foi idealizada, inicialmente foi organizada a Comissão Municipal de Desburocratização, cujo objetivo era reunir os envolvidos e desenhar ou redesenhar se necessário, o andamento dos processos e definir a melhor forma de conduzi-los.

Constituída pelo Decreto Nº 566 de 12 de novembro de 2013, a comissão tem como principais objetivos:

- Art. 3º - A comissão referida no art. 1º terá as seguintes atribuições:
- VII- Desenvolver estudos e apresentar propostas relacionadas ao programa;
  - II- Conhecer os procedimentos administrativos, em todos os setores;
  - III- Estimular os órgãos e as entidades públicas no processo de revisão de procedimentos e de instrumentos legais que interferem na qualidade e agilidade dos serviços públicos, prestados diretamente e indiretamente aos cidadãos, às empresas e outras entidades organizadas;
  - IV- Revisar e simplificar todos os procedimentos que gerem fluxo e papéis na Prefeitura, reorganizando sua tramitação e fixando prazos a serem cumpridos dentro das possibilidades;
  - V- Promover a cooperação e a interação entre os órgãos e as entidades do Poder Público;

VI- Estabelecer metas para a adoção de medidas de simplificação burocrática;

VII- Propor modificações da legislação nas respectivas áreas de competência.

Esta comissão foi um dos passos mais importantes para chegar na estrutura que a prefeitura de Alegrete tem atualmente, sua existência só foi possível, devido ao entendimento e a aceitação da administração pública municipal da necessidade de se adotar a cultura empreendedora e, mais do que isso cultivar esta cultura a partir dos órgãos da própria administração pública, dando credibilidade e confiança de seu trabalho.

Marini(2004), apoiava a adoção de práticas empreendedoras na administração pública, para ele:

“Dotar a organização pública de uma cultura empreendedora significa revitalizar as formas de gestão de pessoas. Implica uma nova visão sobre a responsabilidade pela gestão de pessoas, antes “entregue” a um departamento de pessoal e hoje entendida como de responsabilidade de cada um, com a liderança exercida no âmbito de cada unidade de gestão específica. E implica a introdução de novas regras e mecanismos internos de relacionamento. No desenvolvimento do perfil profissional requerido, é necessário, além das capacidades técnicas, enfatizar a dimensão emocional, a integridade e as habilidades para o trabalho em equipes. Enfrentar o desafio de “fazer acontecer” significa desenvolver a capacidade de conviver com ambiguidades que caracterizam o entorno da gestão contemporânea.”  
Marini (2004)

Embora fosse um sonho antigo, não foi muito fácil implantar esta filosofia dentro da administração, ainda que a ideia fosse bem aceita nem todos acreditavam que fosse possível criar esta estrutura e posteriormente mantê-la funcionando. Neste momento começam a ser determinantes, aqueles que idealizaram e apostaram na proposta de fomentar o empreendedorismo dentro e fora da administração pública.

Segundo os colaboradores da própria Secretaria, foi com o apoio do governo municipal, que a então Secretaria de Indústria e Comércio, autorizou o servidor Pablo Fagundes a iniciar os estudos para implantação do Espaço do Empreendedor na cidade de Alegrete, ele contou com o apoio de outro servidor senhor Márcio Trindade que atuava naquele momento na fiscalização dos ambulantes do município.

Muito interessados nesta ideia e entusiastas do projeto de integrar, fomentar e incentivar os empreendedores de Alegrete, o senhor Arnaldo da Costa

Paz Filho, secretário da pasta em conjunto com sua Diretora de Empreendedorismo, Michele Lagreca Pedroso, buscaram dentro da estrutura da própria prefeitura, colaboradores que tivessem o perfil e que compreendesse a importância do empreendedorismo e a dimensão do projeto para torná-lo real. Dentre os quais podemos citar: Shana Emmel, Neita Rosso, Letícia Ceolin, Évelen Saldanha, Daniela Borges e Paulo Filho. Todos com capacitação e alguns inclusive com experiência de atuação em projetos de empreendedorismo.

Com esta proposta foi possível montar a seguinte equipe:

1 Diretora de Inovação:

1 Agente SEDEC

9 Agentes de Fiscalização

4 Agentes e 1 estagiário no Espaço Empreendedor

3 servidores e 1 estagiário; Procon

1 Servente

1 Advogado

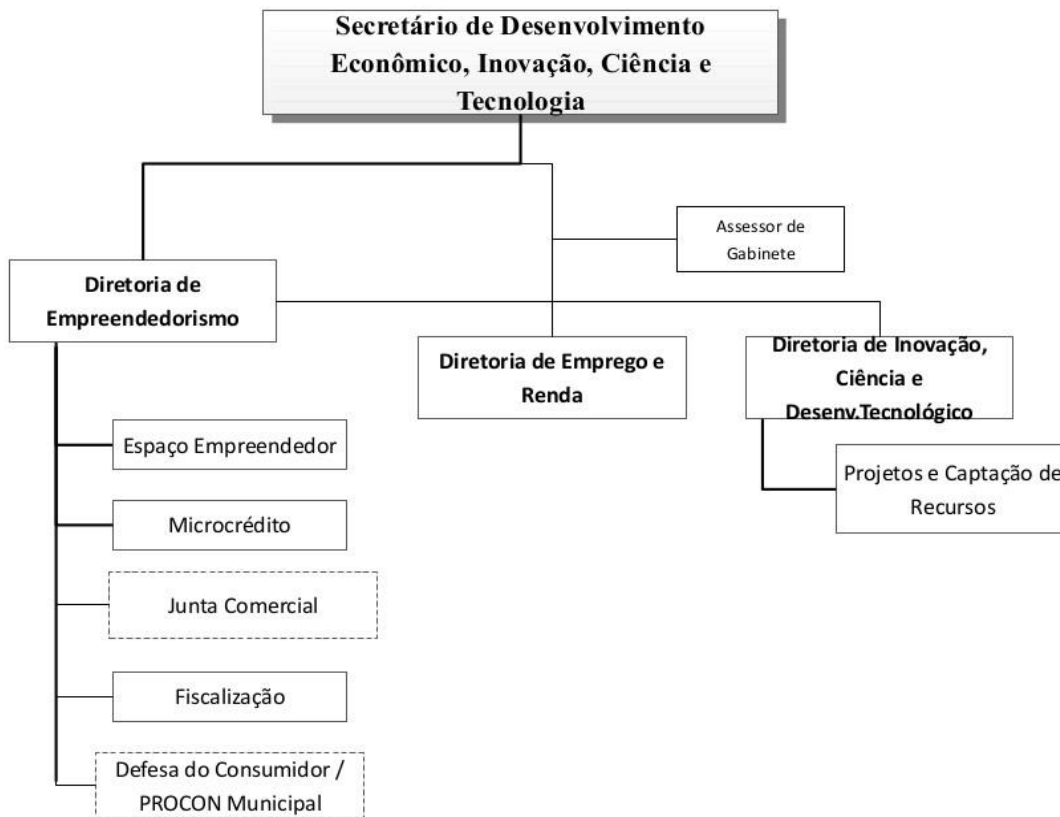
1 Motorista

Se faz necessário e justo, citar toda a equipe, pois ela fez toda a diferença na execução do projeto e é o primeiro resultado que a administração pública colheu. Profissionais capacitados do quadro da administração plenamente capazes de desenvolver a missão pois além de todos terem capacitação e conhecimentos na área, toda a equipe assumiu o compromisso de dar continuidade e exercitar o empreendedorismo em prol da administração pública e de todo e qualquer empreendedor.

Destaca-se também que a secretaria está em constante atualização de processos e estruturas buscando sempre adaptar-se para oferecer um trabalho completo e satisfatório.

Segue na figura 2, o organograma da sua mais recente reestruturação que agregou alguns órgãos para a secretaria visando garantir uma melhor prestação dos serviços ao cidadão.

Figura 2. Estrutura Funcional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.

Após o desenho do processo e a definição dos objetivos da equipe, o próximo passo foi a implantação da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP).

A própria Cartilha da Lei Geral, distribuída pelo SEBRAE destaca:

“A Lei Geral é de grande importância para o futuro dos pequenos negócios, pois introduz uma maior justiça tributária, simplifica o pagamento de impostos, diminui a burocracia para a abertura e fechamento de empreendimentos, facilita o acesso ao crédito, estimula as exportações, incentiva a cooperação, entre outras inovações.

Pelo alcance de sua atuação, os pequenos negócios são de grande importância para a atividade produtiva nacional.” (Cartilha da Lei Geral – SEBRAE, 2006)

Existe uma autonomia que a lei confere na implementação da referida, prevendo que principalmente em âmbito municipal, só é possível identificar as peculiaridades após um estudo da situação dos empreendedores, quem são,

como se organizam dentre outros aspectos que são relevantes para garantir que todos sejam atendidos, desde que atendam os critérios mínimos exigidos por lei.

A própria Cartilha prevê que a função da Lei geral é:

“[...] Ao criar condições para a evolução desse setor, a Lei Geral acaba por se voltar, portanto, na direção de um Brasil melhor, nação que ainda vive na sombra de uma gigantesca desigualdade social e à procura de instrumentos que possam assegurar um contínuo desenvolvimento econômico. Espécie de síntese do País, as micro e pequenas empresas são uma fonte inesgotável de bons exemplos do que é possível fazer em nome do progresso. Mais do que uma vocação profissional, o empreendedorismo é uma saída para a cidadania, o crescimento econômico e a geração de empregos – e o Brasil, segundo os mais diversos levantamentos, é um dos países mais empreendedores do planeta!” (Cartilha da Lei Geral- SEBRAE, 2006)

Assim a decisão tomada de acordo com a SEDEC foi dividir o programa de implantação da lei geral em fases:

**Fase 1:** Diagnóstico do ambiente institucional local, levantando as instituições chaves para a implementação da Lei Geral no município.

**Fase 2:** Sensibilização de atores e formação de alianças locais, formando o comitê de governança local, que fará o assessoramento à implantação e regulamentação da Lei Geral.

**Fase 3:** Realização do diagnóstico da implantação da Lei Geral Municipal, separados por temática.

**Fase 4:** Elaboração do plano de desenvolvimento local, visando melhorar indicadores e pactuando resultados de melhoria.

**Fase 5:** Soluções em capacitações e cursos para melhorar o ambiente da micro e pequena empresa.

**Fase 6:** Monitorar as Ações e Editar Relatório do Ambiente da Pequena Empresa, com apresentação do ambiente institucional da MPE e proposição de melhorias.

Exigiu um trabalho minucioso de todos os agentes envolvidos, mas após a implantação da Lei Geral, foi possível finalmente iniciar a implantação daquele que é hoje o melhor exemplo de como o projeto de empreendedorismo deu certo: o Espaço do empreendedor.

## 2.6 ESPAÇO DO EMPREENDEDOR

O Espaço do Empreendedor é o local onde centraliza todos os processos relativos às empresas, como por exemplo, alvarás, licenciamentos, etc.

É o local onde empresários, empreendedores e contadores encontram as informações de como formalizar seu negócio, como proceder com relação aos documentos e exigências legais e técnicas de como adaptar e/ou melhorar seus empreendimentos.

Trata-se de um espaço dedicado a todos os empreendedores e àqueles que querem abrir seu próprio negócio. Neste local, o empreendedor recebe todas as informações necessárias para abrir uma empresa. No próprio local ele poderá encaminhar a documentação exigida pela prefeitura. A partir daí sua documentação irá transitar por outras secretarias, até ser encerrado todo o processo para liberação de alvará.

Em parceria com o SEBRAE, é oferecida orientação de planejamento de uma empresa: planos de viabilidade, de negócio, projetos e atendimento diferenciado aos MEIs.

A Junta Comercial funciona em uma sala junto ao Espaço do Empreendedor, e auxilia aos empreendedores nas questões de sua competência, centralizando a resolução de assuntos burocráticos.

Outros parceiros desta secretaria e do Espaço do Empreendedor que merecem destaque são:

1. SEBRAE - Por não haver no município uma sede do SEBRAE, quinzenalmente a cidade recebe o apoio de um Técnico do SEBRAE de Uruguaiana para fazer atendimentos em Alegrete, esses atendimentos passam por: diagnósticos empresariais, planos de negócios, auxílio na melhoria da gestão e diversos outros assuntos pertinentes aos empreendedores.
2. SINCONAL - Pela necessidade verificada pela secretaria, principalmente em relação aos MEIs - Microempreendedores Individuais, com situações referentes às inscrições, alterações e demais informações, foi firmada uma



parceria com o Sinconal - Sindicato dos Contadores e Contabilistas de Alegrete, que faz um atendimento semanal no Espaço do Empreendedor, para auxiliar os MEIs em diversas situações.

Os empreendedores dirigem-se até o local, onde encontram todas as informações necessárias centralizadas e, também, orientação de como proceder com relação a cada exigência que lhe é feita em cada secretaria onde seu processo irá tramitar, de como proceder a respeito do negócio que o empreendedor tem ideia de estabelecer.

O empreendedor é questionado, a fim de identificar se o mesmo está preparado para assumir as obrigações do ramo de negócio que pretende trabalhar, ou seja, além do espaço ser um simplificador dos processos ele também faz o empreendedor ter um olhar diferente sobre a atividade que está intencionado a executar, ajudando, inclusive, na realização de um diagnóstico empresarial.

A partir daí existem duas alternativas de orientação: quando detectado que o empreendedor não está preparado para constituir uma empresa naquele momento é sugerido ao empreendedor que busque capacitação junto ao SEBRAE e demais instituições parceiras para ter base e conhecimento no desenvolvimento de suas atividades.

Caso esteja preparado para assumir esta responsabilidade a orientação é em relação a documentação e os procedimentos legais de abertura da empresa, além de ficar à disposição do referido para superar possíveis obstáculos.

O Espaço do Empreendedor atende desde o pequeno até ao grande empreendedor, não fazendo assim distinção do porte da empresa, tão pouco da maturidade desta; atende aquele que está recém iniciando as suas atividades e até mesmo aquele que está pretendo encerrar sua empresa, dando baixa no alvará.

Seja qual for a relação que o empreendedor tiver com a prefeitura pode procurar o Espaço do Empreendedor, em busca de uma solução, onde este departamento irá articular com as secretarias envolvidas viabilizando assim o andamento dos procedimentos.

Dentro do espaço do Empreendedor existem alguns programas que também são direcionados aos empreendedores e cidadão que procuram o Espaço como:

Quadro 2. Programas integrantes Espaço do Empreendedor

Programa	Descrição
<p align="center"><b>Programa Gaúcho de Microcrédito “Mão na Roda”</b></p>	<p>Projeto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em conjunto com o Banrisul, coordenado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE. Uma alternativa de crédito para pessoas físicas e jurídicas, formais e informais que desejam ampliar ou investir em um pequeno negócio e não tem acesso ao sistema bancário. Seu principal objetivo é oferecer financiamento simples e rápido para todos que possuem pequenos negócios no estado crescerem cada vez mais.</p> <p>O Programa de Microcrédito “Mão na Roda” concede financiamentos para empreendedores com renda máxima anual de até 120 mil reais ao ano para microempresas e até 60 mil reais ao ano para informais e micro empreendimentos individuais em Alegrete foi lançado em 2012.</p> <p>O Mão da Roda oferece duas modalidades de crédito: capital de giro e capital fixo. O primeiro é destinado à aquisição de mercadorias, matérias-primas e insumos. No caso de solicitação de capital de giro para outras necessidades, o pedido será analisado especificamente pelo Conselho de Administração da Instituição.</p> <p>Já o capital de fixo, o crédito deve ser utilizado na aquisição de ferramentas, máquinas, móveis, utensílios, equipamentos novos ou usados, todos com comprovação de procedência; construção, ampliação ou melhoria das instalações do negócio; conserto de máquinas, ferramentas, equipamentos e veículos utilitários; capacitação; legalização de negócio já existente; e realocização do</p>

	empreendimento.
<b>Projovem Trabalhador</b>	Programa de qualificação profissional inserção no mercado de trabalho e a geração de rendas, com cerca de 840 jovens beneficiados;
<b>Centro Solidário de Comercialização Solidária do Pampa</b>	Fomento ao Associativismo, Agricultura Familiar a Comercialização e Geração de Renda.
<b>Artesanato</b>	Semana Municipal do Artesanato; Mostra Marca E Sinal de Alegrete e Feneócios. Cujo objetivo é fomentar o empreendedorismo e promover o desenvolvimento econômico, além de movimentar os recursos com produtos e serviços dos cidadãos alegretenses.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.

### 3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS

Todo o trabalho desenvolvido e a dedicação a ele dispensada trouxeram resultados significativos, alguns são mensuráveis outros dependem de fatores subjetivos.

A análise tem início com os dados referentes as empresas ativas no Brasil (Anexo 2), constatou-se uma variação de 11,56%, no comparativo dos anos de 2014 e 2015.

Na comparação entre o ano de 2015 e os primeiros oito meses de 2016, já foi registrado um crescimento de 8,07%, o que dá uma perspectiva de que haja aumento da variação em relação ao biênio anterior. Totalizado até a primeira quinzena de setembro 19.415.840 de empresas ativas.

Em termos econômicos a pesquisa considerou dois critérios para demonstrar os resultados: a arrecadação e o faturamento no período.

Neste aspecto só foi possível fazer o levantamento das micro e pequenas empresas.

Quadro 3. Faturamento e Arrecadação do Brasil

<b>MPE Brasil</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Arrecadação</b>	<b>R\$ 61.886.296.801,16</b>	<b>R\$ 69.491.560.375,7</b>	<b>R\$ 70.872.114.978,29</b>
<b>Faturamento</b>	<b>R\$ 705.659.028.519,28</b>	<b>R\$ 795.999.687.374,73</b>	<b>R\$ 842.011.583.441,52</b>

Elaborado pelo autor. Fonte Empresômetro - MPE

O estado de São Paulo lidera o ranking de empresas ativas com 5.695.930, representando 29,74% do total de empresas brasileiras. Já o estado do Rio Grande do Sul está em quarto lugar com 1.384.816, até setembro de 2016, com 7,13% das empresas ativas no país.

### **3.1 RESULTADOS DE ALEGRETE**

Em alegrete, foco deste estudo, o empreendedorismo tanto dentro da administração como fora dela pode ser medida de duas formas em um primeiro momento temos as ações concretizadas cujo valor é subjetivo e em seguida a avaliação quantitativa do que a administração já conseguiu registrar.

Das ações subjetivas que embasam os resultados temos:

- Criação do Espaço do Empreendedor;
- Cartilha do Empreendedor;
- Constituição da Comissão para Desburocratização em Processos de Alvarás e Licenciamentos.
- Parcerias: Atendimento do SEBRAE, Sindicato dos Contadores, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, para orientação aos Empreendedores.
- Empreende Alegrete: Descentralização da Secretaria, com atendimento no calçadão e nos bairros da cidade;
- Junta Comercial: Integração do Posto de Atendimento junto ao Espaço do Empreendedor;
- Porta a Porta: Atendimento in company realizado em bairros previamente estabelecidos;
- REDESIM: Integração de todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alterações e baixa de empresas, por

meio de sistema informatizado, onde o contribuinte recebe a análise de viabilidade do nome e local;

- Fiscalização: Integração da fiscalização da Finanças tendo como princípio fiscalização orientadora, objetivando a centralização das fiscalizações;
- Fiscalização de Ambulantes: Organização, orientação e fiscalização aos ambulantes durante os eventos do município, proporcionando uma participação mais produtiva dos empreendedores e valorizando-os
- Procon de Alegrete passou a integrar a SEDEC em janeiro de 2016;

Outro resultado apurado cujo valor é qualitativo vem como reconhecimento deste trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.

Na busca da qualidade da prestação dos serviços ao empreendedor, em 2011/2012, Alegrete foi vencedor do Prêmio do SEBRAE, Prefeito Empreendedor, na categoria Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, e também, destaque nacional, tendo sido apresentado como case de sucesso em Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento do SEBRAE, representando o Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação aos resultados mensuráveis a cidade de Alegrete que, o primeiro indicador de que o trabalho estava sendo bem recebido pela comunidade foi o aumento considerável em relação ao número de atendimento/processos que eram atendidos pelo Espaço do Empreendedor, houve um crescimento de 42 processos no ano de 2009, para 2919 em 2015, representando um crescimento de mais de 2877 em seis anos. Conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4. Evolução dos atendimentos/processos

ESPAÇO DO EMPREENDEDOR		
Ano	Atendimentos /Processos	Tempo Médio de Liberação de Alvarás
2009	42	Até 90 dias
2010	44	
2011	128	
2012	681	
2013	1221	
2014	1504	
2015	2919	
Até julho de 2016	2996	Até 10 dias
Total acumulado	9.536	

Elaborado pelo autor. Fonte: Sistema Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia

Outro dado relevante é que neste período citado, os processos de liberação de alvarás levava até 90 dias, em 2015, foi possível reduzir este número para 10 dias e, assim somente no primeiro semestre de 2016, já foram realizados 2996 atendimentos/processos. Com um acumulado de 9536 nos últimos 7 anos e meio

Na tabela 5, temos registrados nos últimos sete anos e meio, o número de inscrições de micro e pequenas empresas em Alegrete, e desde que o projeto começou a ser planejado já foi possível perceber que mais empresários vem buscando formalizar seu negócio.

Tabela 5. Evolução das inscrições de MEI's

Fonte:

Ano	Inscrição de MEI's
2009	61
2010	376
2011	385
2012	467
2013	410
2014	275
2015	248
Julho de 2016	195
<b>Total acumulado:</b>	<b>2.417</b>

Sistema Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia

Até 2014, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia não emitia os alvarás, apenas trabalhava em sincronia com os órgãos competentes para que todos os processos fossem resolvidos de forma célere.

Em pouco menos de dois anos, após concretizar a centralização e modernização dos seus próprios procedimentos e aproximar os elementos da cadeia de processos, o atendimento tem seu início e sua resolução junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia, e é dela a responsabilidade de acompanhar a tramitação do processo dentro de cada órgão competente e buscar a desburocratização.

Assim, fica claro que se houver um espaço dedicado a exatamente suprir as necessidades do empreendedor e direcionar seu projeto, naturalmente os resultados serão os melhores para o empreendedorismo e para o desenvolvimento que gera para a comunidade que está inserido o negócio.

A fiscalização, que começou a atuar de forma integrada, também conseguiu exercer com mais qualidade seu trabalho, além de estar presente para elucidar junto ao cidadão interessado a respeito das normas e procedimentos, foi possível elaborar um cronograma de atendimento e desenhar uma rota de acordo com as diretrizes da secretaria. Assim a padronização dos serviços já pode ser observada onde os fiscais já estiveram, e de acordo com o cronograma eles voltam para realizar novas averiguações.

De acordo com a tabela abaixo é possível perceber um aumento considerável em relação às vistorias e notificações no primeiro semestre de 2016, e uma variação significativa nas autuações ou interdições. Esta situação ilustra aquilo que os próprios fiscais afirmam, conforme aumenta a atuação da fiscalização, mais os empreendedores entendem da necessidade de ajustar-se as determinações que a lei impõe.

Naturalmente, após notificados os empreendedores procuram adaptar-se para garantir a continuidade de seu negócio, alguns que são resistentes as mudanças acabam sendo autuados e até mesmo interditados, destaca-se contudo que estas situações ocorrem geralmente em função de estrutura, acessibilidade e questões sanitárias.

Tabela 6. Atuação da fiscalização primeiro semestre de 2016.

FISCALIZAÇÃO			
Período	Vistorias	Notificações	Autuações/Interd.
Janeiro	166	30	86
Fevereiro	165	34	69
Março	566	245	117
Abril	594	284	94
Mai	783	298	50
Junho	929	288	58
<b>Total 2016</b>	<b>3.203</b>	<b>1.179</b>	<b>474</b>

Fonte: Sistema Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia

### 3.2 PROGRAMA DE MICROCRÉDITO MÃO NA RODA E REDESIM

O programa mão na roda desde 2012, já beneficiou mais de 300 empreendimentos, de acordo com a Secretária de Desenvolvimento Econômico, gerando uma distribuição de capital de R\$ 1.247.450,00, para ser investido nos empreendimentos locais.

Tabela 7. Créditos do Programa Mão na Roda

MICROCRÉDITO – MÃO NA RODA				
Nº de tomadores		Valor Total:		
305		R\$1.247.450,00		

REDESIM				
Nº Viabilidades Nome	Prazo Médio	Nº Viabilidades Local	Prazo Médio	Total de Viabilidades Finalizadas
255	00 01:35:16 / Dias H	169	01 06:46:24 / Dias H	286

Elaborado pelo autor. Fonte: Sistema Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia

A distribuição é através de faixas de crédito, ou seja, o empreendedor começa com um valor menor e vai aumentando conforme termina de pagar cada financiamento. O tomador pode ter dois financiamentos simultâneos, sendo que o valor máximo do somatório é o valor fixo para cada faixa. A estrutura das faixas segue o seguinte padrão:

Quadro 4. Faixas de microcrédito.

TIPO	1ª Faixa:	2ª Faixa:	1ª Faixa:	2ª Faixa:
FIXO	Até R\$ 4.000,00	Até R\$ 6.500,00	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 15.000,00



<b>GIRO</b>	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 3.250,00	Até R\$ 5.000,00	Até R\$ 7.500,00.
-------------	------------------	------------------	------------------	-------------------

Elaborado pelo autor. Fonte: Portal do Empreendedor 2016.

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, Redesim, é um sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário.

Esse sistema de integração de todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada via internet foi implantado em Alegrete no ano de 2015, e seus resultados já aparecem.

Em função da estrutura que a administração de Alegrete já dispunha, foram necessárias apenas algumas adaptações e hoje o prazo de análise da viabilidade de nome ou local, que não depende da prefeitura, tem o tempo médio de 01 dia, 06 horas e 46 minutos. Para liberação de nome e local do empreendimento, conforme consta na tabela 7.

O anexo 1 deste trabalho, representa uma tabela dos atendimentos realizados nos anos de 2014, 2015 e os primeiros sete meses de 2016. Estes dados foram retirados dos relatórios expedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia e disponibilizados para auxiliar na elaboração deste trabalho.

Das informações que merecem destaque nos relatórios foram separadas de forma cronológica para dimensionar a evolução do serviço prestado.

No mês de janeiro de 2014 foram atendidos 321 processos, ao passo que em 2015, o número caiu cerca de 1,24%, registrando 317 processos. Já em 2016, o crescimento no número de processos foi muito significativo, o valor de 813, representou um aumento de aproximadamente 156,46%.

No mês de fevereiro foram 187 processos no primeiro ano do período estudado, no ano seguinte subiu para 266, e, finalmente em 2016, chegou a ser aberto 711 processos, uma diferença de 524 processos num prazo de 3 anos.

O mês de março é o que mais se destaca no primeiro trimestre dos três anos avaliados pois apresentou números superiores desde seu primeiro registro

do período estudado. Em 2014 foram registrados 270 processos, este dados subiu para 402 no ano seguinte e alcançou incríveis 1213 em 2016.

De acordo com o relatório do mês de abril, foram registrados junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia, 190 processos no ano de 2014, com uma aumento de 375 no ano seguinte, e registrados 934 processos neste ano de 2016.

Durante o mês de maio dos períodos estudados, é possível perceber que no primeiro momento são atendidos 228 processos e o valor evoluiu para 420 no anos subsequente, e, este valor mais que dobra em relação aos processos abertos em 2015, chegando ao número 902, com destaque para a vigilância sanitária e a fiscalização de desenvolvimento econômico, cujos processos abertos foram significativos neste último período registrado.

Junho é exatamente o reflexo do trabalho que vem sendo desenvolvido, com os processos todos alinhados, deixa claro a evolução está impulsionando os resultados, basta ver que em 2014, houve abertura de 134 processos, em 2015, apresenta um aumento de 258%, com 480 processos e 2016 ainda melhor com 1071 processos.

O mês de julho é o último que permite um comparativo entre os três períodos já que o estudo aparou até este mês os valores registrados, ele apenas reforça com seus dados a importância e a amplitude para o município e para os cidadãos do engajamento das partes e dos resultados que vêm apresentando. Para ilustrar em julho de 2014 foram registradas 242 processos, já em 2015, chegou a 686, e 2016 já estava em 1127 processos abertos.

Para deixar nítido quão impressionantes são estes números basta verificar que durante todo o ano de 2014 foram registrados 3088 processos, em 2015 quase dobrou o número, atingindo 5677. E somente nos primeiro sete meses de 2016, já foi ultrapassada a marca de 6771 processos abertos e com prazos de até dez dias para ter a situação completamente legalizada junto aos órgãos competentes, tudo sobre a fiscalização da própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia.

Ainda que os dados citados dimensione a evolução do trabalho desenvolvido, é difícil mensurar de forma direta o impacto econômico deste trabalho, cabe ressaltar que cada processo de formalização e adequação, mesmo que de

forma indireta, gera emprego e renda para a cidade, fez-se necessário uma amostra da arrecadação imediata, e dos recursos investidos para tornar realidade o empreendedorismo em Alegrete.

Em 2014, os recursos destinados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia somaram 616.161,00 de acordo com a Lei 5238/2013. No ano de 2015, a Lei 5422/2014 autorizou o repasse de 639.188,00; E em 2016, o valor foi de 695.952,00, autorizado pela Lei 5591/2015.

O que fica constatado, que assim como inúmeras empresas pelo país é que os resultados obtidos têm sua fonte no trabalho aplicado, pois os recursos disponíveis são extremamente limitados, ou seja, a secretaria enfrenta todos os anos o mesmo desafio dos empreendedores que atende. Tem contudo o dever de evoluir, adaptar-se e sobretudo modernizar-se para conseguir cumprir sua principal finalidade: proporcionar ao cidadão um serviço público completo e de qualidade.

Tabela 8– Receita Primeiro Semestre de 2016.

Período	Taxas de Lic.	Taxa de Fisc.	Emolumentos	Junta Comercial	Multas	Procon	Total:	% MÊS
Janeiro/2016	R\$ 1.419,54	R\$ 5.648,80	R\$ 331,93	R\$ 290,00	R\$ 11.868,23		R\$ 19.558,50	0
Fevereiro/2016	R\$ 2.215,15	R\$ 16.403,68	R\$ 369,00	R\$ 740,00	R\$ 10.867,66		R\$ 30.595,49	56,43
Março/2016	R\$ 996,27	R\$ 12.187,77	R\$ 715,04	R\$ 840,00	R\$ 5.312,41		R\$ 20.051,49	34,7
Abril/2016	R\$ 3.774,87	R\$ 28.436,77	R\$ 437,33	R\$ 1.060,00	R\$ 2.657,30		R\$ 36.366,27	81,37
Mairo/2016	R\$ 2.436,12	R\$ 40.874,52	R\$ 584,07	R\$ 1.467,37	R\$ 2.503,17		R\$ 47.865,25	31,62
Junho/2016	R\$ 2.787,10	R\$ 52.779,20	R\$ 439,00	R\$ 1.130,00	R\$ 4.786,16		R\$ 61.921,46	29,37
Julho/2016	R\$ 2.618,90	R\$ 46.965,54	R\$ 361,36	R\$ 1.360,00	R\$ 6.488,62	R\$ 30.949,80	R\$ 88.744,22	43,32
Total / Receita:	R\$ 16.247,95	R\$ 203.296,28	R\$ 3.237,73	R\$ 6.987,37	R\$ 44.483,55	R\$ 30.949,80	R\$305.202,68	32,70

Elaborado pelo autor. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia

Observa-se através dos dados fornecidos pela secretaria responsável, que em apenas um semestre a cidade tem de receita direta e

mensurável R\$ 305.202,68, ou seja, um semestre do trabalho realizado é capaz de praticamente gerar metade do orçamento da total da secretaria.

A informação coletada junto a prefeitura de Alegrete, porém é muito limitada e não considera outras formas de arrecadação, que estejam fora do processo realizado na secretaria responsável.

Por isso a quadro abaixo é uma ferramenta mais completa e dá uma dimensão da movimentação econômica que o empreendedorismo gera nas cidades, estados e no país.

#### Quadro 5. Arrecadação e faturamento nos últimos dois anos e meio

MPE Alegrete	2014	2015	2016
Arrecadação	R\$ 3.638.595.132,38	R\$ 4.078.969.166,40	R\$ 4.333.853.300,15
Faturamento	R\$ 41.489.112.113,76	R\$ 46.723.057.644,80	R\$ 51.489.287.158,78

Elaborado pelo autor. Fonte Empresômetro MPE

Os dados referentes ao quadro 5, levam em consideração a arrecadação total dos três entes da federação, o período de 2016, tem praticamente o mesmo número de meses que o da tabela montada com a receita e onde a prefeitura identifica uma receita de R\$ 305.202,68, temos um total de R\$ 4.333.853.300,15, ou seja, a prefeitura conseguiu identificar a arrecadação de aproximadamente 7% do total gerado em Alegrete, pois somente o que foi arrecadado com a fiscalização está discriminado nos dados coletados.

## 4 CONCLUSÃO

Através deste trabalho procurou-se apresentar a importância do empreendedorismo na gestão pública para promover e apoiar os empreendedores do setor privado.

O trabalho desenvolvido pela prefeitura de Alegrete, precisa evoluir em muitos aspectos, e este aprimoramento contínuo é uma das características do processo empreendedor. Contudo, o que já foi feito é muito importante e gera resultados incríveis a desburocratização e celeridade para atender aos empreendedores é extremamente estimulante e a ação dos empresários tem gerado emprego e renda que contribuem para o desenvolvimento econômico da cidade.

A prefeitura de Alegrete assumiu esta responsabilidade e, está ciente que precisa estar sempre elaborando ferramentas que possam auxiliar na execução do seu trabalho e também em ferramentas de controle que possam mensurar o impacto e detectar possíveis falhas no processo, tanto internas como externas.

Do projeto que vem sendo executado em Alegrete, já existem alguns frutos que foram colhidos que reforçam e reconhecem o esforço que vem sendo aplicado para garantir que os empreendedores da cidade, possam concretizar seus sonhos e transformar a realidade social e econômica de muitas famílias.

Os resultados obtidos pelo Espaço do Empreendedor, como facilitador dos processos de formalização de empreendimento no Município de Alegrete (RS), foram significativos. O Espaço do Empreendedor, como um local específico que concentra todas as informações necessárias e fornece as orientações diretamente, contribui de forma considerável para a legalização dos empreendimentos do Município, caracterizando-se como um projeto inovador na área de gestão pública.

Este trabalho tem o intuito de ir além de apenas um caso, que reforçar dois aspectos que foram considerados essenciais no funcionamento e na execução do projeto apresentado: o empreendedorismo deve ser estimulado em todas as áreas e podemos afirmar que no Brasil é a principal ferramenta de

transformação, mas que precisa de apoio e incentivos para acontecer da forma correta e bem sucedida.

O segundo aspecto diz respeito a profissionalização e o compromisso necessário para desenvolver um bom projeto, através destas características vai haver grande chance de sucesso e trará uma infinidade de inovações de processo e serviços. Empreender é inovar é melhoria contínua e também adaptar-se para buscar os objetivos e atender as necessidades que, em tempos de tecnologia, são muito efêmeras.

Um das questões que este trabalho pode contribuir, foi da sugestão do desenvolvimento de um trabalho voltado também à aqueles que possuem um empreendimento mas não aplicam o esforço correto ou necessário para buscar melhores resultados.

As ferramentas administrativas utilizadas precisam ser aprimoradas e profissionalizadas, para gerar informações que possam servir de apoio à decisão. Apesar de exigir muita dedicação e trabalho dos envolvidos e melhorar seus resultados em termos de atendimentos e prazos, este é o momento de rever o projeto e ampliá-lo para controlá-lo e a partir dele gerar mais resultados e dimensionar o alcance das ações desenvolvidas.

Todas essas informações reafirmam que é possível sim gerar resultados para a comunidade através da ação empreendedora na gestão pública. E, que o Projeto Espaço Empreendedor é um passo importante para promover o empreendedorismo em Alegrete, mas outros passos são necessários para confirmar o sucesso do projeto e ampliá-lo e conclui-se principalmente que as informações coletadas não atenderam completamente ao objetivo desta pesquisa pois não se pode afirmar que há desenvolvimento econômico com os dados adquiridos, pois, de acordo com a análise geral são insuficientes para gerar uma conclusão precisa.

Com toda estrutura que já está disponível ao empreendedor e com as ações de visitação e reconhecimento do perfil do empreendedor alegretense, em breve será possível atacar um problema recorrente no Brasil: a mortalidade das pequenas empresas. A prefeitura ainda não tem esse controle, mas segundo os dados do Empresômetro MPE, nos últimos 3 anos já fecharam 374 micro e pequenas empresas em Alegrete.

#### **4. REFERÊNCIAS**

AIDAR, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo**. São Paulo: Ed. Thomson Learning, 2007.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ALEGRETE. **Receitas e despesas do município de Alegrete para 2014**. Lei Nº. 5.238, de 20 de Dezembro de 2013. Centro Administrativo Municipal José Rubens Pillar. Alegrete.

ALEGRETE. **Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 de Alegrete**. Lei Nº 5.422, de 30 de outubro de 2014. Centro Administrativo Municipal José Rubens Pillar. Alegrete.

ALEGRETE. **Receitas e despesas do município de Alegrete para 2016**. Lei Nº. 5.591, de 24 de Dezembro de 2015. Centro Administrativo Municipal José Rubens Pillar. Alegrete.

BRASIL. **Decreto de Instituição da REDESIM**. Decreto Nº 6.884, de 25 junho de 2009. Brasília. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.identificacao/206.884-2009>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. **Lei de Incentivo à Inovação**. Lei Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm). Acesso em junho de 2016.

BRASIL. **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**. Lei Complementar de 123 de 14 de dezembro de 2006. Disponível para download em [www.leigeral.com.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId](http://www.leigeral.com.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId). Acesso em maio 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: Empreendedorismo e viabilidade de novas**. 2.ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4.ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. 6ªed. São Paulo. Cultura 2008.

DORNELAS, J.C.A. **O Processo Empreendedor**- Ed. Elsevier. Disponível em [http://www.josedornelas.com.br/wp-content/uploads/2008empreendedorismo\\_capitulo\\_2.pdf](http://www.josedornelas.com.br/wp-content/uploads/2008empreendedorismo_capitulo_2.pdf). Acesso em junho 2016.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: 3ª Edição Revisada. Editora Campus/ Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter. F. **O Gerente Eficaz**. Editora Zahar, São Paulo, 1974.

DRUKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. Ed. Pioneira, 1985.

DUARTE, Carlos e Esperança, José Paulo. **Empreendedorismo e Planejamento Financeiro**. Lisboa: 2ª Ed. Sílabo, 2014.

EMPRESÔMETRO. Tudo sobre empresas. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <http://empresometro.com.br/Site/Estatisticas>. Acesso em Setembro de 2016.

EMPRESÔMETRO MPE. Estatísticas MPE – Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo. Disponível em <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>. Acesso em setembro de 2016.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. Boa idéia! E agora?: plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa : plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa São Paulo: Cultura,2000. 344p.

HISRICH, Robert de. **Empreendedorismo**. Tradução Tereza Félix de Souza. 7. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JOSÉ, Afonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28º edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2007.

JÚNIOR, Jose de Alencar Rocha Loures. **Teoria Geral da Administração**. 1ª ED. Centro Estadual de Educação Profissionalizante Francisco Carneiro Martins - Guarapuava. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual da Gestão Pública Contemporânea**. – 3 ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed. Malheiros: São Paulo, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINI. Caio, Desenvolvendo a cultura empreendedora na administração pública: Panaceia, utopia ou realidade. Artigo Egap Fundap. São Paulo, 2004.

MORAES, Alexandre de, **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2010.



MORESI, Eduardo, Metodologia da Pesquisa, Brasília, 2003, Universidade Católica De Brasília – PRPG Programa De Pós-Graduação. Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação. Disponível em: <http://www.feevale.br/midias/8807f05/E-bookMetodologiadoTrabalhoCientifico.pdf>. Acesso em: 12/06/2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. 2. Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Anderson Rafael. ALVES, Luiz Roberto. **Cidades: Identidade e Gestão**. Ed. Saraiva. São Paulo, 2009.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

Portal do Empreendedor. **Micro empreendedor individual- MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei>> Acesso em Agosto de 2016.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico Municipal: Empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro – Ed. Brasport, 2006.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cartilha da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Brasília: 2007.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIEIRA, Hailton. **Modelos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. Caiu no Concurso**. Disponível em: <http://www.caiunoconcurso.com/2010/02/modelos-de-administracao-publica.html>. Acesso em: 12 junho de 2012.

ZIMERMAN, Artur. DIETRICH, Ana Maria. **Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil** – Vol. 1. Santo André. Universidade Federal do ABC, 2012.

## 5 Anexos

Anexo 1. Processos Realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia de Alegrete nos anos de 2015, 2016 e primeiro semestre de 2016.

Anexo 2. Estatísticas das cidades do Rio Grande do Sul em números de empreendimentos ativos.